

GÊNERO E SEXUALIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A VISÃO DE UMA GESTORA ESCOLAR

Gender and sexuality in everyday school life: a case study on the vision of a school manager

Giovanna Gallinari Franzo¹

 <https://orcid.org/0000-0002-5537-4910>

Nayara Carolino Miranda²

 <https://orcid.org/0000-0001-6733-8354>

Wesley Piante Chotolli³

 <https://orcid.org/0000-0003-0143-2174>

140

RESUMO

No ambiente escolar, observa-se constantemente eventos que possibilitam debates sobre como as questões de gênero e sexualidade são vivenciadas nas instituições escolares. Assim, verificou-se a necessidade de compreender a maneira tal qual uma gestora escolar vivencia e atua nestes espaços. Por meio de pesquisa com abordagem qualitativa com o uso de entrevista semiestruturada e análise de discurso, pretendeu-se analisar como uma gestora de escola pública de um município do interior paulista interpreta as questões de gênero e sexualidade em sua trajetória profissional. É possível concluir que o espaço escolar é marcado por ações hostis tensionadas por questões sociais, mesmo que se tenha uma aparente preocupação com os cenários de integração para os sujeitos frequentadores da educação. Em consonância, a demanda por cursos de formação é identificada, principalmente a partir da preocupação com as terminologias sobre as áreas aqui referenciadas.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade, Gestão escolar; Formação docente; Cotidiano escolar.

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/FUNEPE), Penápolis/SP, Brasil. E-mail: giovannagallinari09@outlook.com

² Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/FUNEPE), Penápolis/SP, Brasil. E-mail: nayaramiranda38@gmail.com

³ Doutorando em Ciências Sociais (UNESP/SP – Marília). Coordenador de Graduação e Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/FUNEPE), Penápolis/SP, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisas Transgressões- Gênero, Sexualidades, Corpos e Mídias contemporâneas. E-mail: wesley.chotolli@unesp.br

Revista **GESTO-DEBATE**, Campo Grande - MS, vol. 23, n. 07, p. 140-163, jan/dez 2023.

ABSTRACT

In the school environment, there are constantly events that allow debates about how gender and sexuality issues are experienced in school institutions. Thus, it was verified the need to understand the way a school manager experiences and acts in these spaces. Through research with a qualitative approach with the use of semi-structured interviews and discourse analysis, it was intended to analyze how a public school manager in a municipality in the interior of São Paulo interprets gender and sexuality issues in her professional trajectory. It is possible to conclude that the school space is marked by hostile actions tensioned by social issues, even if there is an apparent concern with the integration scenarios for the subjects attending the education. In line, the demand for training courses is identified, mainly from the concern with the terminologies about the areas referenced here.

Keywords: Gender; Sexuality, School management; Teacher training; School life.

Introdução

Ao averiguar o contexto histórico brasileiro referente às questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar, constata-se a necessidade de problematizar tal discussão nas instituições de ensino formal. É possível encontrar estudos diversos sobre a formação profissional, as práticas cotidianas, os entendimentos de professores/as e alunos/as sobre as temáticas. No entanto, poucas são as pesquisas realizadas com gestores/as de escolas, em especial, de natureza pública, sobre os termos aqui apresentados.

Nessa perspectiva, a construção histórica dos conceitos de gênero e sexualidade e suas problematizações são necessárias para compreender o modo como as práticas e ações escolares são vivenciadas e constituídas em torno da educação básica. Rodeadas de preconceitos e valores morais, as temáticas de gênero e sexualidade são visualizadas como desafiantes e, em muitos casos, invisibilizadas a partir de decisões políticas orientadas com base em um certo conservadorismo.

Ao fazer a reflexão sobre as temáticas referentes às questões de gênero, no contexto educacional, é necessário citar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) consolidada em dezembro de 2017, em que se observa a ausência de conteúdos associados às questões de gênero e sexualidade, fundamentalmente relacionados às demandas conservadoras (MACEDO, 2017). Por ser um documento normativo e orientador, compreende-se a relevância que a BNCC possui dentro das instituições escolares. Em razão disso, a ausência de conteúdos e propostas sobre gênero e

sexualidade impede a possibilidade de ampliar a discussão em busca de uma educação voltada ao respeito e a prevenção de violências.

Segundo Larissa Pelúcio (2014, p. 109-110), “[...] a escola tem tido um importante lugar nessa construção dos gêneros. Ainda que não percebamos, aqueles são espaços profundamente generificados e orientados por uma silenciosa, mas persistente pedagogia de gênero”. É perceptível que o ambiente escolar possui uma grande influência sobre os alunos e alunas, sendo um local em que ocorre a socialização e construção de identidades. Também é um espaço em que o indivíduo permanece relevante parte de sua infância e adolescência, de modo que os valores sociais, morais e culturais são enraizados por meio do que se é vivido nesse ambiente.

Ao compreender que as discussões de gênero e sexualidade apresentam diversos recortes, desde a formação de professoras e professores aos estudos curriculares, percebe-se uma lacuna de pesquisas problematizadoras da ação dos gestores das unidades escolares.

Alguns estudiosos e estudiosas como Guacira Lopes Louro (2014; 2018), Larissa Pelúcio (2014), Fernando Seffner (2011; 2013) e Richard Miskolci (2012) desenvolveram estudos sobre as questões de gênero e sexualidade, sobretudo nos espaços escolares, referindo-se aos conceitos tais quais construções sociais. Ainda assim, não de maneira isolada, outros marcadores simbólicos (étnicos, religiosos, raciais e de classes) e a historicidade das relações sociais implicam diferentes vivências, de modo que cada sociedade estabelece práticas diversas para suas performances sociais.

Judith Butler (2017b), ao discorrer sobre as aproximações entre gênero, sexualidade e sexo, aponta que constantemente existem confusões entre os termos, mantendo a tendência em considerar a ideia de sujeito inteligível, exemplificada por meio das expectativas consolidadas socialmente. Espera-se que o sujeito nascido com um determinado órgão sexual tenha um comportamento associado a um dos campos do binarismo constituído historicamente e tenha um relacionamento heterossexual.

Em concordância com Miskolci (2012), utilizaremos o conceito “gênero”, neste artigo, de maneira a abranger as discussões de direitos, igualdades e desigualdades. Assim, aproxima-se da noção de que as diferenças são fundamentais para uma sociedade plural, de modo que o conceito seja uma das manifestações possíveis das construções identitárias.

Sobre a sexualidade, adota-se as reflexões de Louro (2014), ao reconhecer que as diferentes formas de prazer e de desejo são vivenciadas por seres humanos, e essas são atravessadas por

múltiplas possibilidades de construções identitárias. Assim, os gestos, os gostos, as permissões e as proibições são elementos potentes de atuação nas manifestações de interesse sexual.

Percebe-se que os debates sobre a necessidade de diferenciação dos corpos e dos comportamentos são recentes (SCOTT, 1995). Ademais, a construção de um referencial que pudesse abarcar e problematizar a noção de que o corpo biológico não necessariamente é o destino único dos elementos culturais cristalizados (mas não imutáveis) se fez necessária, sobretudo no momento de ebulição da conquista de direitos. Nessa perspectiva, o conceito de gênero parece surgir como possibilidade de explicar as relações de poder historicamente constituídas.

É necessário contextualizar os avanços e retrocessos obtidos nas últimas décadas, principalmente após as conquistas dos movimentos feministas. As assimetrias de poder nas temáticas de gênero atravessam o campo dos costumes, refletindo-se na busca pela representatividade política, exemplificada por meio do movimento sufragista no início do século XIX. As conquistas evidenciam os direitos das mulheres, mesmo que no contexto referenciado não se abordassem todas as causas de suas lutas, visto a diversidade de condições materiais e existenciais, entre outras interseccionalidades, tais quais a orientação sexual, raça, empregabilidade e acesso à educação.

No campo da educação, as hierarquias de poder não são diferentes. Para que a discussão sobre a temática seja percebida como um desafio, algumas experiências formativas podem ser observadas na tentativa de transformar esse contexto. Uma prática exitosa encontrada na literatura sobre o assunto é a experiência proporcionada para docentes intitulado de “Gênero e Diversidade na Escola (GDE)” (PELÚCIO, 2014). A ação proporcionou um complemento para formação do profissional da educação, sendo um espaço de discussão das dificuldades enfrentadas nas esferas da escola. Em concordância com Fernando Seffner (2011), afirma-se que a formação continuada é primordial para que possíveis situações possam ser resolvidas de forma objetiva, para não reprimir os desejos e vontades que o aluno ou a aluna traz consigo.

Na contemporaneidade é notório observar a afirmação de estereótipos femininos e masculinos, desde as cores relacionadas para cada gênero, assim como as sugestões de profissões, de atividades esportivas, de comportamentos e padronização da heteronormatividade. Isso pode ser comprovado, lamentavelmente, em posições oficiais das instâncias governamentais. Após assumir

um cargo de grande responsabilidade perante a sociedade brasileira, Damares Alves⁴ em seu período como Ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, fez um pronunciamento em vídeo afirmando que “é uma nova era no Brasil: menino veste azul e meninas vestem rosa.” O vídeo em questão é de fácil acesso em site público⁵ e fomentou grande debate sobre como o binarismo de gênero é exemplificado por meio da naturalização de comportamentos construídos socialmente. Isso pode ser visto como um retrocesso, em um cenário que se busca promover equidade de representação e construção do diverso.

Ao considerarmos os aspectos levantados sobre as temáticas, o objetivo deste artigo é apresentar e analisar de forma sistemática a maneira como uma gestora escolar convive com as questões de gênero e sexualidade em suas experiências profissionais, dialogando com os aspectos de sua formação e trajetória. A gestão escolar ocorre sobre o efeito da liderança e da orientação das práticas pedagógicas da equipe escolar, sendo necessário averiguar como a gestora consolida seus processos formativos, suas experiências, angústias e práticas sociais, bem como as temáticas se materializam nas ações pedagógicas escolares.

Também se traz para esta pesquisa a hipótese de que a formação de gestores e gestoras não é adequada e conseqüentemente não consegue se adaptar as necessidades dentro dos muros da escola, principalmente com a tentativa de democratização da educação básica, em que as diferenças se fazem presentes. No recorte aqui estabelecido, foca-se nas questões de gênero e de sexualidade.

Destaca-se que o artigo foi desenvolvido durante a graduação do curso de Pedagogia, em que se identificou a importância da realização da pesquisa de campo, justamente para poder experienciar através da coleta de dados qualitativos as representações simbólicas dos sujeitos sociais. Para tanto, foi necessária a realização de um projeto de pesquisa, problematizando a relevância de pesquisar sobre a vivência de uma gestora e suas dificuldades sobre as questões de gênero e sexualidade, de modo a organizar um cronograma para cada etapa do projeto.

⁴ Damares Alves foi ministra no período de 01 de janeiro de 2019 a 30 de março de 2022. Na eleição de 02 de outubro de 2022, Damares Alves foi eleita senadora pelo Distrito Federal.

⁵ O vídeo em questão está disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damaraes-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>. Acesso em 06 jan. 2022.

Por se tratar de pesquisa que envolve seres humanos, a proposta foi submetida ao Comitê de Ética para assegurar a integridade da entrevistada. Seguiu-se todas as normativas e diretrizes, possibilitando construir uma pesquisa edificadora, na qual a entrevistada respondeu de forma objetiva as questões propostas.

Metodologia

Ao compreender que a pesquisa é norteadada pela compreensão de uma gestora sobre as questões de gênero e sexualidade, considerou-se necessária a abordagem qualitativa da pesquisa, visto que a preocupação do estudo é justamente captar os sentidos atribuídos pelo sujeito sobre as relações ocorridas em sua trajetória profissional, especificamente enquanto gestora escolar. De acordo com o Yan Flick,

A pesquisa qualitativa estabelece para si mesma outras prioridades. Aqui, em geral, você não parte necessariamente de um modelo teórico da questão que está estudando e evita hipóteses e operacionalização. Além disso, a pesquisa qualitativa não está moldada na mensuração, como acontece nas ciências naturais. Finalmente, você não estará interessado nem na padronização da situação de pesquisa nem, tampouco, em garantir a representatividade por amostragem aleatória dos participantes. [...] Ela visa (a) à captação do significado subjetivo das questões a partir das perspectivas dos participantes [...]. Com frequência, (b) os significados latentes de uma situação estão em foco [...]. É menos relevante estudar uma causa e o seu efeito do que descrever ou reconstruir a complexidade das situações. Em muitos casos, (c) as práticas sociais e o modo de vida e o ambiente em que vivem os participantes são descritos. O objetivo é menos testar o que é conhecido [...] do que descobrir novos aspectos na situação que está sendo estudada e desenvolver hipóteses ou uma teoria a partir dessas descobertas. Por isso, a situação da pesquisa não é padronizada; ao contrário, ela é projetada para ser o mais aberta possível (FLICK, 2013, p. 23-24).

145

Ao considerar o intuito da pesquisa e a complexidade que se encontra na temática de gênero e sexualidade no ambiente escolar, foi necessário realizar um estudo de caso único, por ser uma proposta metodológica que pode ser aprofundada e promove subsídios para investigações e coletas de dados. De acordo com Antonio Carlos Gil (2022, p.121), o “estudo de caso único refere-se a um indivíduo, um grupo, uma organização, um fenômeno, etc”. Ainda em sua perspectiva, o estudo de caso pode ter uma dimensão típica, em que se “[...]tem o propósito de explorar ou descrever objetos que, em função de informação prévia, pareça ser a melhor expressão do tipo ideal da categoria” (GIL, 2022, p. 122).

Para a realização do estudo de caso único, usou-se da coleta de dados por meio de uma entrevista semiestruturada e análise de discurso, além de pesquisa de cunho bibliográfico com estudiosos e estudiosas que problematizam à temática.

Efetou-se o contato com a gestora de uma escola pública dos anos iniciais do Ensino Fundamental através de um convite entregue presencialmente. Para garantir a segurança da entrevistada, encaminhou-se o projeto final para o Comitê de Ética com a finalidade de ser analisado. Assim, seguiu-se as normativas éticas necessárias para a realização da pesquisa. Portanto, adotou-se um nome fictício para se referir à entrevistada e o início da pesquisa só ocorreu após a aprovação do projeto e informe e aceite do sujeito da pesquisa, em data agendada com a gestora. A duração da entrevista foi de quarenta e um minutos e cinquenta e dois segundos (41min52s), audiogravada e transcrita em sua totalidade.

Para recolhimento das respostas, utilizou-se a entrevista semiestruturada, por ser uma prática mais flexível, proporcionando à entrevistada e entrevistadoras maior conforto para responder às questões levantadas no decorrer da entrevista. Gil (2019) aponta que:

[...]a situação mais frequente é a da entrevista em que as questões são predeterminadas, mas o pesquisador define a sequência de formulação no curso da entrevista. Se percebe, por exemplo, com base nas respostas obtidas no início da entrevista, que determinadas questões poderão comprometer seu desenvolvimento, o pesquisador então poderá tomar a decisão de formulá-la em um momento que lhe parecer mais oportuno (GIL, 2019, p 128).

146

A análise da entrevista foi feita por meio da análise de discurso. De acordo com Eni de Lourde Puccinelli Orlandi (2020 p.62), “[...] isto não tem a ver com a objetividade da análise, mas com o fato de que todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo da análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos”. Para a autora, a análise de discurso consiste em contemplar a linguagem de forma aprofundada, mas sempre considerando que toda linguagem utilizada é proposital. Consiste também na ligação do período histórico atual dos determinados discursos a serem analisados.

Entre os Muros das Escolas: Gênero, Sexualidade e os Desafios Educacionais da Gestão

Por identificar a insuficiência das temáticas de gênero e sexualidade no decorrer do curso de graduação em Pedagogia, presumiu-se ser relevante para a construção de conhecimentos o estudo mais aprofundado sobre os assuntos elencados. É notório observar as consequências encontradas

Revista **GESTO-DEBATE**, Campo Grande - MS, vol. 23, n. 07, p. 140-163, jan/dez 2023.

dentro do cotidiano escolar pela invisibilização dos conceitos nas ações desenvolvidas por profissionais da educação. Porém, é importante ressaltar que muitos desses professores e professoras não possuíram em suas graduações disciplinas específicas sobre gênero e sexualidade. Quanto muito, tiveram apenas cursos disponibilizados por meio de formação continuada, sendo um dos prováveis motivos para o sentimento de insegurança e despreparo para ações no âmbito escolar.

Para debater o assunto, é necessário apontar que múltiplas violências são presenciadas no Brasil. Não se trata de dizer que as violências são o resultado da falta de atuação de professores e professoras. No entanto, a educação pode contribuir para a sensibilização das diferenças. De acordo com o estudo *Transgender Europe* (apud A LGTBfobia, 202?) dos 325 casos de assassinatos contra pessoas transgêneros nos anos de 2016 e 2017, 52%, ou seja, 171 casos, aconteceram no Brasil. O que chama a atenção é o fato de que a presente pesquisa ter sido realizada em 71 países e mais metade dos casos evidenciados ocorreram no Brasil. Assim, a educação formal pode ser um importante mecanismo de trabalho para o reconhecimento dos direitos e das diferenças, de modo a contribuir para a inversão desses dados.

Nas escolas é possível identificar alguns sinais de discriminação com meninos e meninas que se comportem diferentemente do que é esperado pela sociedade, gerando situações que podem desenvolver nos indivíduos cenários de depressão, ansiedade, síndrome do pânico e aversão a participação do convívio com a sociedade por medo de sofrer algum tipo de preconceito⁶.

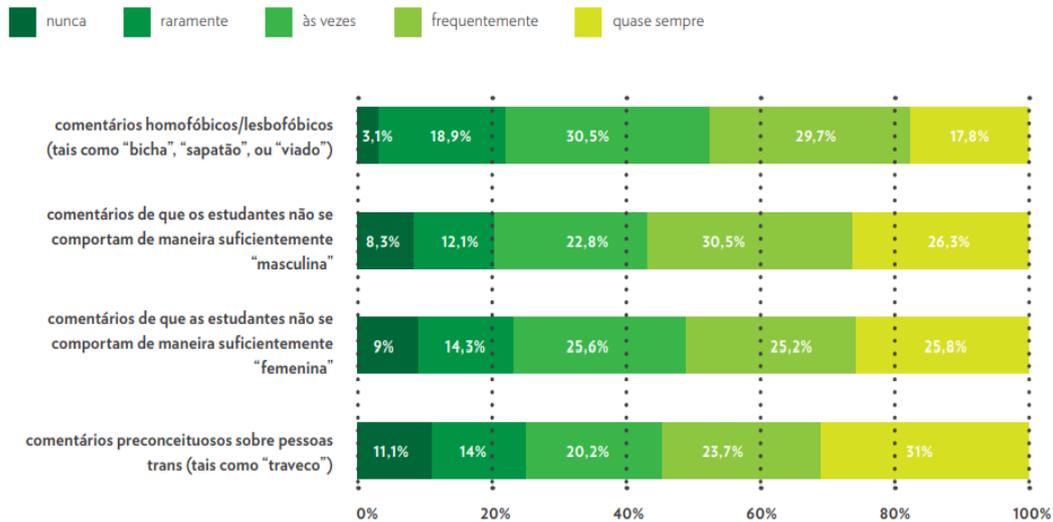
Um estudo realizado no ano de 2016 pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) apresentou o resultado de uma pesquisa realizada no contexto brasileiro com estudantes LGBT⁷. Ressalta-se alguns dados preocupantes coletados pela pesquisa e que colaboram para a afirmação acima.

⁶ As informações foram retiradas do podcast “Diversidade sexual/educando para a diversidade” Disponível em: https://open.spotify.com/episode/6wIK1ilnVVQMCd3dYCj16n?si=7xwAINj6R3Ks3mH_UvLnjA. Acesso em: 23 set. 2022.

⁷ Neste caso, procuramos manter a definição de expressões de gênero e sexualidade estabelecidas no documento, com a nomenclatura nele apontada. Os dados da pesquisa discutidos respeitarão essa definição.

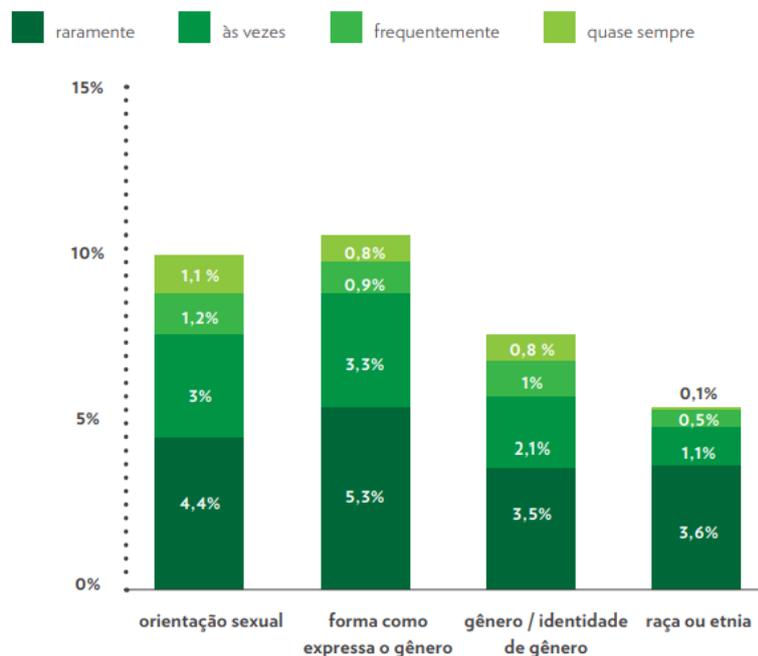
Revista **GESTO-DEBATE**, Campo Grande - MS, vol. 23, n. 07, p. 140-163, jan/dez 2023.

Figura 1 – Frequência com que os/as estudantes ouvem comentários contra LGBT na instituição educacional



Fonte: ABGLT (2016).

Figura 2 – Frequência da violência física durante o ano passado⁸ na instituição educacional



Fonte: ABGLT (2016).

⁸ Os dados fazem referência ao ano de 2015.

Os dados acima assinalam as violências observadas no cotidiano escolar. Elas são expressas por meio de comentários preconceituosos (Figura 1), de modo que as vivências de gênero são ainda consolidadas em torno de um binarismo hegemônico, em que o comportamento está associado ao sexo de nascença. Dessa forma, qualquer ação dissidente ocasiona desconfiança, constituindo-se tal qual elemento motivador de ofensas e xingamentos.

A violência física também é uma dimensão observada no contexto das escolas. A partir da constatação da Figura 2 é possível perceber que quase 10% das/os estudantes LGBT sofreram algum tipo de dano corporal em virtude de orientação sexual. Quando se trata de expressões de gênero, o percentual é próximo de 11%.

Dentre as perguntas apresentadas no estudo, destaca-se o questionamento se os entrevistados e entrevistadas tinham conhecimento de algum regulamento/documento que fornecesse suporte para eles no momento que sofressem algum tipo de agressão. As respostas obtidas revelam que 64% desconheciam da existência de algum suporte para o caso. Esses dados retratam que uma considerável quantidade de estudantes não sabia a quem recorrer quando se deparassem com uma situação de vulnerabilidade emocional desencadeada após sofrerem alguma violência, entre elas o *bullying*. Como consequência, 11,5% de estudantes LGBT evitaram frequentar a instituição escolar por 6 ou mais dias durante o mês por sentimento de insegurança (ABGLT, 2016).

Segundo o estudo,

Os/as estudantes LGBT que vivenciaram níveis mais elevados de agressão verbal por causa da orientação sexual ou expressão de gênero (frequentemente ou quase sempre) tinham 1,5 vezes mais probabilidade de relatar níveis mais elevados de depressão (73,7% comparados com 43,6% [que sofreram menos agressão] no caso da orientação sexual; 67,0% comparados com 45,3% no caso de identidade/expressão de gênero) (ABGLT, 2016).

No plano legal, a Lei nº13.185 (Programa de Combate à Intimidação Sistemática) prevê que os/as profissionais que trabalhem no ambiente de ensino tenham acesso à capacitação através de formações e atualizações para promover um olhar para as questões que envolvem gênero e sexualidade. Isso posto, observa-se a necessidade de consolidação das temáticas na formação de professores e professoras.

Seffner (2011) afirma que são diversas as particularidades geradoras das violências no ambiente escolar. Para o autor,

Muitas são as características pessoais que podem ser mobilizadas para construção de estigmas que geram violência estrutural na escola (violência conhecida atualmente em geral como *bullying*): cor da pele, pertencimento religioso, identidade de gênero, orientação sexual, região de moradia ou de origem, deficiência física, geração, obesidade, classe social, modelo de arranjo familiar, beleza etc. A orientação sexual que foge do paradigma heterossexual hegemônico (em geral nomeada como homossexualidade, mas que pode variar num amplo leque de possibilidades) aparece entre os motivos mais fortes de preconceito, o que gera agressão e violência simbólica (SEFFNER, 2011, p. 571).

A educação formal deve ser construída pensada para todos os indivíduos, com o intuito de promover respeito e equidade. Uma forma de consolidar práticas escolares possibilitadoras da superação dos preconceitos existentes é acentuar a necessidade de ações associadas à educação sexual, numa perspectiva de discussão das diferenças.

Para Seffner (2011), é importante mencionar que muitas vezes a expressão “educação sexual” (para aqueles sujeitos distantes dos saberes da temática e próximos ao senso comum potencializado pelo uso do viés da “ideologia de gênero”) é declarada como a realização de práticas que incentivam a hiper sexualização infantil. Isso deve ser combatido e desnaturalizado, visto que apresenta uma postura equivocada desse processo. A educação sexual tem por finalidade combater o desconhecimento sobre as diversas violências e abusos presentes na sociedade, podendo ser visualizada nas diferentes mídias sociais e proporcionar informações sobre prevenção, violência sexual e respeito, o que favorece que as crianças desenvolvam consciência do que invade ou não seu espaço. Assim,

150

Políticas de equidade promovem um ambiente escolar mais sadio para todos e todas, diminuindo preconceitos e situações de baixa autoestima que potencialmente podem afetar qualquer aluno, pois todos nós temos atributos pessoais que podem nos tornar alvo de estigma, gerando tensão social, que diminui as chances de rendimento escolar (SEFFNER, 2011, p. 571).

Em concordância com o autor, a educação sexual é ferramenta importante para o combate da incidência do *bullying* e de outras dimensões da violência. À luz das considerações desenvolvidas até aqui, reconhecer que o espaço escolar e sua realidade são agências de violência faz com que a realização de ações promovedoras da equidade de tratamento para as diferenças seja aspecto estruturante no planejamento e organização das unidades escolares.

Ainda que isso envolva analisar os diferentes seguimentos componentes da educação formal, optou-se nesse estudo realizar o recorte para a ação de gestoras e gestores, compreendendo alguns dilemas enfrentados nesse processo. Para isso verificou-se a necessidade de entrevistar uma gestora,

Revista **GESTO-DEBATE**, Campo Grande - MS, vol. 23, n. 07, p. 140-163, jan/dez 2023.

produzindo questionamentos voltados ao tema gênero e sexualidade no ambiente escolar, de forma que a participante da pesquisa, aqui nomeada como Magali, se sentisse confortável em expor seus pensamentos, angústias, necessidades.

A gestora atua como vice-diretora em uma instituição estadual pública, de anos iniciais do ensino fundamental em uma cidade no interior do estado de São Paulo. Formou-se em Pedagogia, em uma universidade pública no ano de 2001. Começou a atuar no ano de 2002. Os cargos que exerceu durante esses 21 anos na educação foram: docente, Professora Coordenadora do Núcleo Pedagógico (PCNP) da Diretoria de Ensino e atualmente está na vice direção de uma escola pública.

Procurou-se compreender os sentidos atribuídos à temática com a realização da entrevista e do estudo bibliográfico. A professora, no início dos questionamentos, relatou estar um pouco ansiosa com a gravação. Em tom de confidência, Magali (2022) até nos exteriorizou este sentimento, e disse: “aí gente eu esqueci que vocês estavam gravando. [...] É difícil, é muito complicado você tem que saber muito o que falar. Com vocês aqui eu me sinto à vontade de falar do jeito que eu aprendi né”.

Problematização Sobre Gênero e Sexualidade

Ao se tratar das terminologias gênero e sexualidade, assume-se nesta pesquisa que os dois conceitos são construções sociais, possuindo diferentes interpretações de acordo com a cultura e crença, que são transmitidos através de gerações e podem ser atualizados ao decorrer das construções teóricas e movimentos sociais.

Como exemplo, na década de 1990, o termo para se referir à comunidade e ao movimento social de sujeitos homossexuais era GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes). No entanto, a partir das lutas travadas dentro dos movimentos feministas, legitimou-se a sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros). Conforme o reconhecimento das múltiplas possibilidades de de identidades e sexualidades, passou-se a utilizar a sigla LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Travesti, Queer, Intersexual, Assexual, Pan e outras/os), que é dividida em duas partes: “LGB” diz respeito a orientação sexual e “TQIAP+” indica as possibilidades de gênero.

De acordo com a definição de Judith Butler (2017a; 2017b), o gênero passa a ser visto tal qual performatividade, isto é, a forma como a cultura social faz os indivíduos agirem de acordo com

situações da sociedade, classificando e impondo comportamentos. Ao se utilizar das ações identificadas como femininas e masculinas, obtêm-se uma classificação de mulheres e homens em uma sociedade heteronormativa, consagrando tal comportamento como norma e padrão. Assim, classificou-se as ações em termos binários estereotipados, exemplificados tais quais as seguintes situações: femininas associadas à delicadeza, cuidado e sentimentalismo; e as masculinas, pautadas na força, no poder e na dominação.

Butler compreende a performatividade ressaltando que:

Em Problemas de gênero argumentei que o gênero é performativo, ou seja, que nenhum gênero é “expresso” por ações, gestos ou discurso, mas que a performance do gênero produz retroativamente a ilusão de que existe um núcleo interno de gênero. Em outras palavras, a performance de gênero produz retroativamente o efeito de alguma essência ou disposição feminina verdadeira ou permanente, de modo que não se pode usar um modelo expressivo para pensar sobre gênero. Além disso, defendi que o gênero é produzido como uma repetição ritualizada de convenções e que esse ritual é socialmente imposto em parte pela força de uma heterossexualidade (BUTLER, 2017a, p.153).

Ao pensar em uma sociedade heterossexual, de forma geral, parte-se de um pressuposto de que a identidade universal é composta pelo sujeito homem de classe média, branco, cristão e heterossexual, e todos que fujam desta expectativa é titulado como “outros” e as mulheres vistas como “segundo sexo” (LOURO, 2018).

Portanto, ao se falar sobre sexualidade, quase sempre se relaciona o conceito ao campo biológico do prazer. Em uma sociedade heteronormativa, espera-se que os sexos biologicamente opostos se sintam atraídos e as práticas heterossexuais sejam aquelas consideradas as mais adequadas pelo modelo social hegemônico.

A sociedade, em geral, deve desnaturalizar essa situação e produzir políticas públicas e educacionais que superem as situações de preconceito e homofobia visualizadas. Um exemplo disso foi que na entrevista a gestora negou a existência de palavras homofóbicas dentro da instituição de ensino, mas no desenvolvimento do diálogo, Magali categorizou como “coisas de crianças” e citou frases que os alunos e alunas utilizam ao tratar os/as demais estudantes. A gestora exemplifica tal comentário referindo-se às considerações vivenciadas, ilustradas a partir de dizeres como: “você é gay, viado, sapatão” e “a sai para lá seu gay”. Dessa forma, a violência parece se naturalizar a partir de construções sociais, que escondem as dissidências da sexualidade invisibilizando-as no cotidiano escolar. Parece existir o reconhecimento de que a heteronormatividade, cristalizada na crença de sujeitos inteligíveis, é o único padrão a se considerar.

Revista **GESTO-DEBATE**, Campo Grande - MS, vol. 23, n. 07, p. 140-163, jan/dez 2023.

Entre Ocorrências e as Reflexões Cotidianas

O ambiente escolar é o lugar em que as crianças e adolescentes passam o maior período do seu dia, e com isso muitas situações podem ser percebidas nesse local de socialização. Todos e todas, em algum momento, tiveram circunstâncias que envolveram aspectos associados ao gênero ou a sexualidade, mesmo que em muitos casos tais situações estivessem desvinculadas dos processos formativos amplos, numa abordagem biologizante desses conceitos. Nesta seção, procura-se realizar aproximações analíticas sobre as vivências e as possibilidades de construções teóricas acerca das temáticas.

Seffner (2013) afirma que:

Muitos alunos experimentam boa parte da vida afetiva na escola ou em atividades a ela relacionadas, como passeios e festas. A escola é um terreno de experimentação dos modos de ser homem e de ser mulher, e cada vez mais é um terreno de expressão da diversidade de orientação sexual (SEFFNER, 2013, p.154).

153

Ao compreender a afirmação de Seffner, estabelece-se que o ambiente escolar é um local de socialização, descobertas e convívios. Portanto, inúmeras situações podem ocorrer nas diversas interações entre alunos e alunas, professores e professoras e demais componentes da comunidade escolar. Magali nos contou que alguns alunos e alunas se sentem à vontade com ela e confidenciam suas dúvidas, até mesmo em busca de orientações sobre assuntos até então desconhecidos, em que as questões de gênero e sexualidade estão presentes. Um exemplo disso foi o fato de uma de suas alunas afirmar que seu colega fez a revelação de que teve um sonho em que os dois mantinham relações sexuais. A gestora relatou que tentou lidar com a situação de maneira natural e espontânea, para não perder o vínculo já conquistado. No exemplo, é possível perceber como as temáticas então inseridas no cotidiano escolar.

A gestora contou que durante a sua experiência como estagiária vivenciou uma situação inesperada. Segundo Magali,

Em uma das salas da educação infantil, uma menina de 3 anos, todas as vezes que ela ia dormir, ela entrava embaixo da mesa da professora e ficava se esfregando na perna da mesa. Ela fez uma vez, sentiu gostoso, então para dormir ela precisava daquilo todos os dias. Então você pensa, como é que você vai lidar quando conversar com a mãe sobre isso? (MAGALI, 2022).

Aqui, é necessário evidenciar que a descoberta do prazer corpóreo não necessariamente se dá apenas a partir das relações sexuais com parceiros e parceiras. Novamente, a discussão sobre educação sexual deve ser pensada em uma condição de prevenção e entendimento do corpo, de acordo com a fase de desenvolvimento de crianças e adolescentes. Neste momento, a gestora identificou que poderia passar por casos em que ela não estivesse preparada para conversar com familiares, em situações que envolvem gênero e sexualidade. Para exemplificar o que acontece no cotidiano de uma escola, a gestora nos apresentou outro momento de interação:

Uma menina estava beijando na boca da outra menina, ambas do 1º ano. Nossa primeira atitude foi chamar os pais de uma delas. Quando a mãe chegou, eu fui conversar e explicar o que havia acontecido e ela desabou a chorar, e eu tentei acalmá-la. Ela já estava achando que a menina era homossexual "Meu Deus do céu, o que que eu vou fazer?" E não era nada disso, porque depois que ela se acalmou, ela falou, "eu já sei o que está acontecendo, em casa a gente faz muito isso. Eu dou selinho nela, o meu marido dá selinho nela" e a aluna disse que estava brincando de mamãe e filhinha, então se em casa mamãe e filhinha pode dar selinho, na brincadeira de mamãe e filhinha também pode (MAGALI, 2022).

Ao relacionar os apontamentos de Seffner (2013) com caso apresentado pela gestora, percebe-se que as crianças começam a reproduzir o que acontece em diferentes ambientes, geralmente espelhando o seu cotidiano em brincadeiras sem saber o que representa, e não veem malícias ou problemas na repetição dos atos. Os adultos, por terem uma construção social de sexualidade, entendem que o ato do beijo representa algo com um significado cultural e até mesmo de desejo sexual, e quando se investiga as razões para tais comportamentos, observa-se a cópia do processo de socialização.

Em alguns casos, diferentemente do apresentado anteriormente, o indivíduo já pode apresentar consciência de suas vontades e de sua orientação sexual. Assim surgem algumas barreiras de aceitação dentro dos muros da escola que envolvem todos/as os/as profissionais, alunos e alunas. De acordo com Louro,

A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém "assuma" sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo — inato a todos — deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos (LOURO, 2018, p. 37-38).

Em concordância com a autora e com a análise desta pesquisa, é visível que no cotidiano escolar realmente é presente o medo e o receio de se afirmar homossexual, pois é notório ainda

observar a repreensão e discriminação produzida pelos/as docentes e demais componentes da comunidade estudantil. Magali aponta que:

Tem professor que não aceita. Então chega na hora da chamada o João que tá escrito Joana, ou deveria estar pelo menos, ele insiste em chamar de João, e a Joana não aceita, não responde chamada, só responde quando é chamada corretamente. Inclusive nesta última formação que nós tivemos, eles falaram, e eu não sabia disso, que mesmo sem a autorização dos pais a escola tem que colocar o nome social mesmo sendo menor, os pais não têm que autorizar, é uma escolha dela. E aí nós ficamos todos inseguros, como é que a gente vai fazer um negócio desse, envolve muitas coisas. Eu posso até colocar lá, mas se der algum problema, eu não sei o que pode acontecer, e se o pai falar "eu não autorizei, como vocês colocam na chamada esse nome, se meu filho é o João, não é Joana" E na formação a gente viu que tem que ser colocado o que o estudante quer e não o que o pai quer (MAGALI, 2022).

Continuando suas reflexões, afirma que a homofobia, por vezes, vem dos próprios professores e professoras, que independentemente do posicionamento pessoal delas/es, deve-se considerar o direito do aluno ou aluna. Outro caso mencionado pela gestora, que também causou estranheza, é o episódio de uma estudante do 5º ano do Ensino Fundamental ter se assumido lésbica. Magali diz que:

Nós temos uma aluna no 5º ano. Ela falou para mim, assim, que já sabe o que quer. Ela gosta de meninas, é uma criança, mas não é uma criança que fala por falar, tem uma convicção muito grande. E eu perguntei "mas seus pais já sabem?". E ela disse "não, não sabem." Agora a gente fica sem saber se de fato isso já está certo na cabeça dela mesmo, conversando é nítido que está certo, ou se é só uma fase (MAGALI, 2022).

Compreende-se que a aluna mencionada se sentiu mais confortável em revelar a sua orientação para a gestora do que para a sua própria família, evidenciando a necessidade de formação para as questões de gênero e sexualidade e a observação de que a escola talvez seja o primeiro espaço de afirmação das diferenças. Nota-se, também, a dificuldade de dialogar com a família, demonstrando a não aceitação de relações dissidentes da heteronormatividade.

Pelúcio (2014, 371) destaca que trabalhar fora dos marcos identitários binários exige esforço, pois "demanda torções na nossa forma de perceber as dinâmicas sociais que oferecem esses termos classificatórios capazes de definir e fixar identidade". Os tensionamentos emergentes no cotidiano escolar são a expressão da necessidade de reconhecimento das diferenças, sendo estas o reflexo direto da necessária superação dos marcos biologizantes sobre gênero e sexualidade.

Ao refletir os dois acontecimentos apresentados pela gestora, Louro (2018) declara que a escola é um ambiente de conhecimento pleno, mas à medida que o conhecimento é sobre

sexualidade, é visível a dúvida sobre esses saberes. A falta de qualificação na formação dos docentes e equipe escolar pode fazer com que elementos significativos da formação identitária dos sujeitos sejam negligenciados e transformados em relações de violência.

A Visão da Gestora sobre as Questões Cotidianas

É necessário considerar múltiplas condições associadas à ação da gestão escolar nas questões de gênero e sexualidade. Para tanto, aspectos tais quais formação inicial, formação continuada, relação com a família e com os/as estudantes, bem como os documentos legais, são pontos de reflexão durante a entrevista.

Deve-se problematizar a falta de formação dos/das gestores/as e da equipe escolar que, segundo Magali, associa-se ao momento histórico de sua graduação. Em consonância ao fato declarado, sua formação ocorreu no início dos anos 2000, e não houve em sua grade curricular disciplinas que abordassem, direta ou indiretamente, gênero e sexualidade.

Com o decorrer dos anos, ela sentiu a necessidade em buscar formação continuada, para auxiliar em ocorrências que aconteceram e acontecem ainda no ambiente escolar. Ela nos informou que “[...]começou a falar mais sobre o tema agora, de dois anos para cá, então eu não fiz e não participei de nenhuma formação” (MAGALI, 2022). É importante salientar que as formações são disponibilizadas por universidades, faculdades e até mesmo em programas de formação nas redes estaduais. No entanto, a partir da década de 2010 e, com as mudanças da BNCC, a temática se tornou um campo de disputa, ora mais presente nos debates públicos, ora descartados a partir dos valores conservadores da sociedade.

Como se tem conhecimento, a BNCC não tem em suas diretrizes nenhum seguimento que sugere o desenvolvimento de um conteúdo pedagógico próprio com o tema gênero e sexualidade. Assim, as instituições escolares e o grupo gestor se abstém da responsabilidade de trabalhar sobre os conceitos no decorrer do calendário escolar, e optam por desenvolver conteúdos que constam na Base Nacional.

Magali afirma que:

Acaba não fazendo porque tem medo, de alguma coisa que não se senti preparado. Agora em relação ao racismo tem um projeto da secretaria que se chama “Trilha antirracista” que é muito bacana, são questões que eles trabalham mais, porque não tem tanto medo de falar alguma coisa errada, mas esse tema aí é mais complicado o gênero (MAGALI, 2022).

Revista **GESTO-DEBATE**, Campo Grande - MS, vol. 23, n. 07, p. 140-163, jan/dez 2023.

Após a reflexão de Magali, identifica-se que no sistema de ensino, em suas propostas de projetos, optou-se por favorecer temas considerados mais “acessíveis” porque são discutidos com maior ênfase pela sociedade contemporânea. Nessa perspectiva, ela reconhece a dificuldade em falar com a sua equipe sobre as questões de gênero e sexualidade.

A gestora realizou uma observação sobre o cotidiano escolar, ao apontar que a temática poderia ser mais bem trabalhada por outros profissionais. Magali alude que:

[...]eu penso que o psicólogo está mais preparado que um pedagogo, a função dele é essa, a nossa, a gente pode até auxiliar, mas não é a mesma coisa né, então a gente trabalha sempre em parceria com esse programa da psicologia VIVA⁹[...] (MAGALI, 2022).

A reflexão sugere que os profissionais da Psicologia teriam um embasamento teórico mais adequado, ao possuírem um melhor conhecimento para assessorar os alunos e alunas para as questões sobre gênero e sexualidade. No entanto, é importante destacar que tal responsabilidade atinge a comunidade escolar, de modo que a ação do professorado é fundamental para favorecer o reconhecimento e o respeito às diferenças. Ações como o projeto em questão são essenciais para a construção de um espaço democrático, porém a transformação só ocorre com o envolvimento de todos e todas os/as agentes escolares.

Sobre o Projeto Político Pedagógico da escola, questionou-se se o documento possui alguma ementa que desenvolva as temáticas gênero e sexualidade. Magali afirmou que no projeto político pedagógico da escola nada consta sobre a temática gênero e sexualidade por não ser obrigatório e não ter uma boa adesão. Observa-se que as questões sociais interferem no planejamento da escola, de modo a comprovar que a discussão sobre os conceitos perpassa também pelas esferas políticas e religiosas.

Magali salienta que:

É mais difícil assim um material específico, talvez até por conta da faixa etária deles né? Mas é trabalhado em Ciências, com os maiores, mas não entram nesses detalhes, que estou falando para vocês assim como trans, de travestis e detalhes de homossexualidade. Mas é por conta disso, que o professor não se sente preparado para isso, não é? Porque tem uma disciplina de Ciências. Se você quiser dá para você puxar para esse lado, para essa conversa, quando você vai estudar o corpo humano, mais acaba não fazendo, porque tem medo, de alguma coisa, que não se senti preparado (MAGALI, 2022).

⁹ O programa “Psicologia Viva” atende responsáveis, a equipe escolar e os/as alunos e alunas que necessitem de apoio. Outras informações estão disponíveis em: <https://brazillab.org.br/noticias/psicologia-viva-firma-parceria-com-governo-estadual-de-sp-inicia-o-programa-psicologos-na-educacao> . Acesso em: 30 set. 2022.

A afirmação da possibilidade de trabalhar as temáticas na disciplina de Ciências colabora para a visão biológica dos termos é vista como espontânea dentro do ambiente escolar. Tal fato mostra a necessidade de desconstrução, pois as temáticas ultrapassam o campo do biológico. Para isso, a gestão deve proporcionar os/as docentes incentivos para que se sintam dispostos a abordar e buscar formações continuadas, e possibilitar conhecimento no intuito de lidar com situações que podem surgir inesperadamente, e responder a partir de conhecimentos teóricos e científicos as situações encontradas. Nessa perspectiva, construir elementos associados ao acolhimento e respeito são fundamentais.

Seffner (2011, p.569) aponta que “[...]esses temas aparecem de modo imprevisto na sala de aula, e em princípio qualquer professor ou professora deve estar preparado para uma abordagem inicial”. Como a vice-diretora mencionou no decorrer da entrevista, situações que envolvem crianças que já possuem uma orientação sexual definida são vivenciadas e proporcionam momentos de desconforto sobre qual a melhor forma de respeitá-la e garantir sua ampla participação nas atividades escolares, sem sofrer quaisquer tipos de violência e segregação.

É visível que uma parcela da população busca a conscientização e mudanças. Ainda assim, setores conservadores impossibilitam tal discussão ao produzir saberes inconsistentes com a real preocupação da educação sexual. Sabe-se que ainda é um tabu os debates abertos com os alunos e alunas sobre gênero e sexualidade, mas se deve buscar conhecer as corretas de expressões e reconhecimento das identidades.

Questionou-se sobre como Magali trabalha a sexualidade no cotidiano escolar. Obteve-se a seguinte resposta:

É difícil. É o que eu te falei, porque eles estão em uma fase que estão se descobrindo [...]. Então a gente chama e conversa [...]. Porque não sei, a gente não sabe muito, lidar com essa situação não, de verdade, agora com o CONVIVA, com a Psicologia Viva, esse programa com as psicólogas, eu acho que tem nos ajudado bastante, sabe? A gente está aprendendo! É o que eu falei no começo, é um tema que nunca era tratado, né? Que existia uma barreira, um certo preconceito, em lidar, agora ele tá aí à tona, mas a gente ainda fica com um pé atrás, por precaução, por que tem pais e pais, né? Responsáveis e responsáveis, então você nunca sabe qual vai ser a reação, se a gente chama aqui (MAGALI, 2022).

Pode-se afirmar que Magali se sentiu mais segura em ter suporte de profissionais da área da Psicologia para poder tirar dúvidas e melhorar a interação da equipe gestora com os/as responsáveis legais dos alunos e alunas. Nessa perspectiva, denota-se que a sexualidade, bem como as questões

Revista **GESTO-DEBATE**, Campo Grande - MS, vol. 23, n. 07, p. 140-163, jan/dez 2023.

de gênero, no entendimento da gestora, associam-se ao social, não sendo apenas um determinismo biológico.

Ao dar continuidade ao roteiro de entrevista semiestruturada, perguntou-se para Magali se ela conseguiria discorrer sobre as questões associadas ao conceito de gênero. Magali respondeu que:

Eu fui em uma formação na diretoria semana retrasada. Eles citaram o que significa essas letras (LGBTQIAP+) que não me lembro mais, e eles foram falando e eu até anotei, mas não está aqui, e eu não lembro. Mas o que vem na nossa cabeça é o masculino e o feminino e agora nós temos... uns que falam homossexual que aí tem o gay, a lésbica, nem sei se pode falar porque temos que tomar cuidado até com as coisas que falam né [...] (MAGALI, 2022).

Compreende-se que Magali, mesmo após uma formação continuada, acredita ser desconhecedora a respeito da terminologia gênero e de todas as questões que envolvem a temática. Nota-se o cuidado com o uso dos vocábulos corretos associados a comunidade LGBTQIAP+.

A gestora comentou que na instituição em que trabalha existem casais pertencentes a comunidade LGBTQIAP+, e no decorrer do ano existem datas comemorativas que geram debates entre as professoras e professores, no sentido de verificar se devem ou não entregar duas lembrancinhas no dia das mães ou no dia dos pais. Na instituição em que Magali atua como vice-diretora, observou-se a seguinte situação:

E no Dia das Mães a professora veio me perguntar: “olha Maga eu fiz as lembrancinhas do dia das mães, mais pro aluno tal eu vou mandar dois presentes, porque ele tem duas mães.” Ai a outra falou assim: “eu não acho certo porque uma faz o papel de pai”, só que na verdade não faz, porque são duas mães. Eu já vi alguns vídeos que eles falam “as pessoas me perguntam, quem é o homem, e quem é a mulher?” e gente não tem um homem, são duas mulheres na relação, são dois homens na relação. Então eu disse: “eu acho que você fez certo, são duas mães”. E não é que passou uns dias e ela falou para professora: “ai professora eu tenho que te agradecer.” Ai eu fiquei o que será né?, “No dia das mães você mandou duas lembrancinhas, a gente ficou super feliz”. Então você vê que uma coisinha besta, que a professora deu importância para as duas mães. Essas mães tem duas crianças, uma no quarto e uma no primeiro ano. Foi a do primeiro ano que fez a lembrancinha. O importante que ela veio e agradeceu. Uma professora tem a cabeça mais aberta e a outra professora já acha que não. “Então você vai entregar a lembrancinha para quem?” Você vai perguntar quem é a mãe e quem é o pai na relação, não vai fazer isso (MAGALI, 2022).

Em seu cotidiano Magali se depara com diversas situações que envolvem gênero e sexualidade com professores, professoras, responsáveis, alunos e alunas. Por isso durante a entrevista expressou a necessidade de procurar mais formações continuadas para que se sinta mais segura em resolver casos que possam ocorrer dentro dos muros da escola. Ainda assim, percebe-se a

necessidade de atuação da gestão para orientar tais questões e fazer com que o pertencimento seja para todos e todas.

Considerações Finais

Conclui-se que a metodologia adotada, isto é, o estudo de caso numa abordagem qualitativa, com análise de discursos de entrevista semiestruturada, foi primordial para elaboração do presente artigo, proporcionando uma construção de conhecimento enriquecedora e favorecendo para uma experiência prática e efetiva como pesquisadoras. Os dados aqui mencionados são construções reais dos desafios encontrados em escolas atuais.

Entende-se, então, que gênero é uma construção social e performativa, influenciada por costumes religiosos, culturais, sociais e familiares, que conjecturam ações culturalmente estabelecidas para cada indivíduo. E a sexualidade é também é uma construção social, que muitas vezes é relacionada ao sexo biológico, mas está também atrelada aos desejos físicos e afetivos de cada pessoa. Assim, a ideia de performatividade defendida por Butler (2017a; 2017b) pode ser encontrada no cotidiano escolar, visto que as repetições, a fiscalização e os padrões comportamentais estabelecidos direcionam determinadas práticas dos sujeitos ali envolvidos, de modo que até os documentos oficiais sinalizam para tal manutenção.

Com isso, identificou-se que gênero e sexualidade estão presente no cotidiano escolar de diferentes maneiras. Logo se faz necessária desenvolver a educação sexual na escola, por considerar que o ambiente escolar é um dos espaços significativos de construção de identidades, a partir das interações e socializações existentes. Para isso, os/as profissionais responsáveis pela gestão devem estar capacitados/as para acolher e dar o suporte que a sua equipe escolar almeja.

Foi perceptível que a apresentação de casos sobre gênero e sexualidade vivenciados por parte da vice-diretora foram numerosos e impactantes, o que comprova que o recorte teórico utilizado e a forma como as questões práticas se consolidam no cotidiano escolar foram adequados.

Compreende-se que a formação continuada a respeito de gênero e sexualidade de profissionais da área da educação, sobretudo, de gestores/as, é crucial para o desenvolvimento de um cotidiano no ambiente escolar respeitoso, em que as informações, a empatia, o respeito e a sabedoria devem se fazer presentes, visto que nossa sociedade está em constante transformação. No

entanto, essa busca também deve acontecer pelos/as profissionais da educação, de maneira individual em que proporcione conhecimento perante gênero e sexualidade.

A hipótese inicial acerca das discussões de gênero e sexualidade no ambiente escolar era sobre o desconhecimento dos termos e de suas aplicações, sendo confirmada a partir dos relatos e experiências vivenciadas pela gestora. Mesmo com todas as adversidades, identificou-se em Magali o reconhecimento de suas inseguranças, suas lacunas na formação profissional e a busca por cursos continuados, o que possibilita afirmar que atingimos a proposta inicial de problematização de discussão a respeito de gênero e sexualidade.

Destaca-se a necessidade de novas investigações para a temática aqui desenvolvida. Ainda com poucas referências, novos estudos são necessários para verificar as condições mais generalizantes das práticas da gestão. Apesar disso, observa-se a relevância da gestão para a tomada de decisões que sejam acolhedoras e respeitadas, como exemplificadas ao longo do estudo. A luta por uma educação mais inclusiva perpassa pelo reconhecimento das diferenças e o ambiente escolar se torna um dos principais mecanismos para a transformação dessa realidade. Para tanto, os aspectos formativos são primordiais para essa mudança.

Referências

A LGBTfobia no Brasil: os números, as violências e a criminalização. **Portal Fundo Brasil**. 202?. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/a-lgbt-fobia-no-brasil-os-numeros-a-violencia-e-a-criminalizacao/>. Acesso em: 07 out. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais**. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <https://abgl.org.br/wp-content/uploads/2020/05/IAE-Brasil.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017 Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>Acesso em: 22 de abril de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 06 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullyng). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-018/2015/lei/113185.htm.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Tradução: Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017a.

Revista **GESTO-DEBATE**, Campo Grande - MS, vol. 23, n. 07, p. 140-163, jan/dez 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 13.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017b.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 16 dez. 2022.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

G1. Em vídeo, Damares diz que 'nova era' começou: 'meninos vestem azul e meninas vestem rosa'. **Portal G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>> Acesso em: 6 jan. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7.ed. Barueri: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597020991. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**. 4.ed. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2018. E-book. ISBN 9788551301692. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788551301692/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MACEDO, Elisabeth. As demandas conservadoras do Movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Comum Curricular. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p.507-524, abr.-jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/JYfWMTKKDmzVgV8VmzwCdQK/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

MAGALI. **Entrevista I**. [jul. 2022]. Entrevistadoras: Giovanna Gallinari Franzo e Nayara Carolino Miranda. Penápolis, 2022. 1 arquivo .mp3 (41 min.).

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: Um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2012. E-book. ISBN 9788582179338. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582179338/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ORLANDI, Eni de Lourde Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13.ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

Revista **GESTO-DEBATE**, Campo Grande - MS, vol. 23, n. 07, p. 140-163, jan/dez 2023.

PELÚCIO, Larissa. Desfazendo o gênero. In: MISKOLCI, Richard; LEITE JÚNIOR, Jorge (org). **Diferenças na educação: outros aprendizados.** São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 101-152.

PELÚCIO, Larissa. Desnaturalizar é preciso: reflexões iniciais sobre resistências religiosas e certezas biológicas nas salas dos curso de GDE ofertado pela UFSCAR. In: MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Gláucia de Oliveira; FUNCK, Susana Bornéo (org). **Políticas e fronteiras: desafios feministas.** Tubarão: Copiart, 2014. p. 367-388.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, v.20, n.2, p.71-99, jul/dez, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em 10 nov. 2022.

SEFFNER, Fernando. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 570, ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/smr98Jk4VyMbxxd5GBPsy5G/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 nov. 2022.

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Rev Educ.Pesqui.** São Paulo, v.39, n.1, 145-159, jan/mar.2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3vKwmtYmc5LLPDTxhgSnnfM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2022.

Recebido em: 30/01/2023

Aceito em: 22/03/2023

Publicado em: 30/03/2023

Total de Avaliadores: 02